

O gerenciamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em uma cidade da Zona da Mata mineira.

Hully da Costa Moreira Ferreira¹ – geo.hully@gmail.com
Iohanna Lopes de Freitas Noé Toledo² – iohannapedagogia@gmail.com
Érica Miranda Maciel³ – erica.maciel@ufv.br

Curso de Pedagogia
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
Ubá - MG/Dezembro - 2014.

Resumo

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 por iniciativa do Governo Federal visa possibilitar maior autonomia na gestão escolar na aplicação dos recursos financeiros. Através deste programa, os recursos são repassados às escolas uma vez ao ano pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), que é calculado de acordo com o número de matrículas dos alunos em cada instituição educativa. O presente estudo buscou responder à questão: como funciona o gerenciamento e a aplicabilidade dos recursos financeiros repassados às instituições através do PDDE e como é operacionalizado o programa nas escolas da rede municipal de ensino? Para tanto, delineou-se como objetivo geral investigar como duas escolas municipais de um município da Zona da Mata mineira operacionalizam a aplicação dos recursos financeiros do PDDE, no sentido de adequação às suas necessidades. E como objetivos específicos, buscou-se identificar se a autonomia das escolas é efetivada mediante a burocratização característica do processo de repasse dos recursos; bem como identificar quais as implicações da utilização da verba para o trabalho pedagógico da escola. A pesquisa ancorou-se metodologicamente na abordagem qualitativa e teve como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista. Foram escolhidos como sujeitos os integrantes que compõem o Caixa Escolar, considerando-se para a amostra um representante de cada segmento, sendo eles: Presidentes, Tesoureiros, Pais, Mestres e Comunidade Escolar. Portanto, totalizam neste estudo dez sujeitos participantes, sendo cinco de cada escola municipal pesquisada. O estudo possibilitou verificar que, apesar do empenho das duas instituições de ensino para atender à demanda real da escola no que diz respeito à aplicação dos recursos financeiros, a sua operacionalização ocorre de maneiras diferentes, diante da gestão assumida em cada escola. Para o funcionamento do Caixa Escolar, é fundamental uma gestão mais participativa, em que não haja centralização das decisões no Presidente que, neste caso, também exerce a função de diretor da escola.

Palavras-chave: Programa Dinheiro Direto na Escola. Gestão Democrática. Caixa Escolar.

Abstract

The Money Programme Direct School (TSA), created in 1995 by a federal government initiative, aims to enable greater autonomy in school management in the application of financial resources. Through this program, funds are transferred to schools once a year, the National Education Development Fund (ENDF), which is calculated according to the enrollment of students in each educational institution. The present study sought to answer the question: how management and the applicability of financial resources allocated to institutions through the Money Programme Direct School (TSA) works and how the program is implemented in schools in the municipal schools? So, we delineated is to investigate how two public schools in a municipality in the mining area kills operationalize the application of financial resources from TSA, to fit your needs. And how specific goals, we sought to identify whether the autonomy of schools is effected by the characteristic bureaucratization of the process transfer of funds;

¹ Discente do 8º Período do Curso de Pedagogia pela Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC – UBÁ/MG).

² Discente do 8º Período do Curso de Pedagogia pela Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC – UBÁ/MG).

³ Professora orientadora da pesquisa, pela Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC – UBÁ/MG).

and also identify the implications of the use of funds for the educational work of the school. The research was anchored, methodologically, the qualitative approach and had the instruments of data collection the questionnaire and the interview. Presidents, Treasurers, Parents, Teachers and School Community: the members that make up the School Box, given to a representative sample of each segment, and they were chosen as subjects. Therefore, totaling ten subjects participating in this study, five of each municipal school studied. The study enabled us to verify that, despite the efforts of two schools to meet the actual demand of the school with regard to the application of financial resources, its operationalization occurs in different ways, on the management accepted at every school. For the operation of the School Box, is a more fundamental participatory management, where there is no centralization of decisions in which the President, in this case also serves as director of the school.

Key-words: Money Programme Direct School. Democratic Management. School box.

1. Introdução

No panorama atual, o processo de globalização das economias vem desencadeando novas formas de organização e gestão dos sistemas educativos, trazendo também mudanças na forma de gerenciamento dos recursos financeiros destinados às escolas. Para que aconteça de forma autônoma a administração financeira das escolas, foram viabilizados, pelo Poder Público, diferentes programas que facilitam e beneficiam uma gestão mais participativa, de forma a dinamizar o funcionamento da instituição de ensino. Essas mudanças passam a vigorar, principalmente a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 (OLIVEIRA, 2012).

Conforme os dados obtidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE⁴, foi criado em 1995, por iniciativa do Governo Federal, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este programa visa possibilitar maior autonomia na gestão escolar e tem por finalidade a assistência às escolas de Educação Básica das redes estadual e municipal além das do Distrito Federal. Também estão inclusas no programa as escolas de educação especial privadas que são mantidas por entidades sem fins lucrativos e a UAB - Universidade Aberta do Brasil.

Através deste programa os recursos financeiros são repassados às escolas uma vez ao ano, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), que é calculado de acordo com o número de matrículas dos alunos em cada instituição educativa.

O objetivo do PDDE é possibilitar, a partir da utilização dos recursos financeiros, a obtenção de materiais que são utilizados para melhoria da infraestrutura física e pedagógica das

⁴ Disponível em: <www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>. Acesso em 25 maio 2014.

instituições. Estes materiais podem ser de uso permanente e de consumo, utilizados também na manutenção e conservação da unidade escolar.

É importante salientar que o fundo disponibiliza a cada instituição uma Unidade Executora (UEX), que no campo da pesquisa é conhecida como Caixa Escolar. Estas são contas bancárias administradas pelas próprias escolas, nas quais há o depósito dos recursos financeiros, a fim de atender às necessidades previstas pela mesma.

Tendo em vista os procedimentos operacionais para a aplicação do PDDE, tem-se como questão a ser desvelada neste estudo: como funciona o gerenciamento e a aplicabilidade dos recursos financeiros repassados às instituições através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e como é operacionalizado o programa nas escolas da rede municipal de ensino?

Para tanto, delineou-se como objetivo geral investigar como duas escolas municipais de um município da Zona da Mata mineira operacionalizam a aplicação dos recursos financeiros do PDDE no sentido de adequação às suas necessidades. E como objetivos específicos, buscou-se identificar se a autonomia da escola é efetivada mediante a burocratização característica do processo de repasse dos recursos, assim como identificar quais as implicações da utilização da verba para o trabalho pedagógico da escola.

Este estudo pode auxiliar no desvendamento das práticas concretas de destinação do dinheiro para a educação, mais especificamente, quando se trata do Dinheiro Direto na Escola. Considerando este tema pouco explorado por pesquisadores, o estudo poderá servir como referência para outros trabalhos nesta área, contribuindo na compreensão da gestão dos recursos destinados às escolas via políticas públicas educacionais.

2. Referencial Teórico

Para compreender a destinação de recursos financeiros para as escolas públicas, faz-se necessário situá-lo no âmbito das políticas educacionais do Brasil na atualidade.

O processo de globalização, segundo Libâneo (2012, p.81), “tem sido usado para designar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito e a etapa de desenvolvimento do capitalismo”. A atual economia tem desencadeado novas formas de organização e gestão dos sistemas educacionais, no âmbito das políticas públicas, na tentativa de atenderem às novas demandas. Compartilhando desses ideais e

buscando se adequar aos imperativos econômicos, políticos e sociais, as nações se veem impulsionadas a reformar seus sistemas educativos (LOPES, [s/d]).

Essas transformações influenciadas por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) incidem sobre a educação em planos bem diferentes, dentre os quais a redução dos gastos públicos com a educação e a descentralização administrativa e financeira dos bens públicos (SOARES, 2000). Considera-se ainda a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos na educação e a descentralização administrativa e financeira dos bens públicos.

O Banco Mundial foi criado para atender, em primeira instância, às necessidades dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, observou-se a necessidade de investimento na saúde e educação dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, dentre os quais se situa o Brasil. Sendo assim, o Banco Mundial desenvolve projetos sociais que atendem aos interesses da educação, saúde e agricultura com o foco na diminuição da pobreza que assolava esses países (BARUFFI, 2014).

Diante disto, afirma Baruffi (2014, p. 93) que “o Brasil é um país que compõe esse órgão mundial e o país recebe do Banco Mundial documentos que determinam quais as necessidades e desafios a serem enfrentados”, para que os investimentos sejam feitos no setor social.

Com os enfoques dados pelo BM, ocorre na década de 1990 a Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jontiem na Tailândia. A partir de então, os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento se comprometem reformular seus sistemas educativos no sentido de atender às necessidades básicas da aprendizagem e de ampliar a oferta de escolaridade obrigatória e gratuita na educação básica para toda a população (PADILHA, 2008).

Diante disso, em consonância com Baruffi (2014, p. 52) “A CF/88 é o documento maior do país, que referencia todos os outros documentos legais da nação.”

De acordo com esta lei, diversas foram as ações políticas que visaram efetivar tais reformas educacionais. Destacam-se como documentos norteadores da educação nacional a LDB nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação - PNE, este é o documento que propõe metas a serem cumpridas em dez anos de vigência.

Uma das políticas educacionais voltadas a assegurar o financiamento da educação é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que segundo Santos (2012, p. 66-67) “é um fundo contábil onde 80% são formados por receitas de impostos oriundos de estados e municípios e destinadas à

educação.” O mesmo explicita que o financiamento é de caráter regulatório⁵ e redistributivo⁶, e que 60% deste recurso deverá ser utilizado necessariamente com a remuneração do magistério.

Além dos recursos do FUNDEB, percebem-se vários outros programas e planos que auxiliam nessa assistência às instituições da rede pública. Dentre eles, Programa Nacional de Alimentação Escolar, (PNAE), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), Programa de Transporte Escolar, entre outros (TOSCHI, 2012). Para este estudo, o enfoque será dado exclusivamente ao PDDE, tratando-se de suas especificidades e seu funcionamento.

Segundo dados obtidos no site oficial do FNDE⁷, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma política educacional do governo federal, criado em 1995. É uma iniciativa de assistência financeira que inicialmente atendia apenas ao Ensino Fundamental e passou em 2009 a atender toda a Educação Básica, incluindo também a Educação Infantil e Ensino Médio das escolas públicas estaduais, municipais, do Distrito Federal e também às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Este recurso tem por objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas desde aquisição de material permanente e de consumo pedagógico, e ainda se estende à manutenção e conservação da unidade escolar visando ao bom funcionamento da escola e melhoria da educação básica. O responsável pelo funcionamento, coordenação, fiscalização, e avaliação da aplicabilidade dos recursos financeiros do PDDE é o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O FNDE, em conformidade com Santos (2012), é uma autarquia do governo responsável por fornecer informações concretas para o desenvolvimento de ações, planos e programas, tendo como finalidade gerenciar o funcionamento, coordenação e avaliação da aplicabilidade de recursos, bem como fiscalizar as instituições do sistema de ensino.

É o FNDE que tem a função redistributiva da contribuição social do salário-educação. Um terço do total de recursos é aplicado pelo fundo no financiamento dos projetos e programas de educação básica, proporcionalmente ao número de alunos matriculados (TOSCHI, 2012, p. 392).

⁵ Regulatórias caracterizam-se por definir regras que assumem formas de leis que devem ser cumpridas (SANTOS, 2012).

⁶ Redistributivas caracterizam-se por redistribuir o acesso a recursos (SANTOS, 2012).

⁷ Disponível em: <www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>. Acesso em 25 maio 2014.

Para operacionalização dos recursos no âmbito das escolas são criadas as Unidades executoras (UEX), também conhecidas no estado de Minas Gerais como Caixa Escolar, responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos programas mantidos pelo Governo Federal (CORONEL, 2005). Nesse sentido Coronel *et al.* Brasil (1997), (2005, p.2) destaca:

As UEX são encontradas em todo o território nacional podendo ter denominações diferentes, entre outras: Caixa escolar, nos estados de GO, MA, MG e MT; Cooperativa Escolar, nos estados da PB e do PR; Associação de Pais e Professores em SC; Associação de Pais e Mestres, nos estados de MS, PA, SP e no DF; Círculo de Pais e Mestres no RS.

Conforme a LDB nº 9.394 (1996, p. 40), “o custo mínimo por aluno será calculado pela União ao final de cada ano com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.”

Os valores são depositados diretamente nas contas bancárias das escolas uma vez ao ano. Em casos de escolas que contêm até cinquenta alunos, os recursos são depositados em contas bancárias das prefeituras ou secretarias distritais também conhecidas como Entidades Executoras (EEX) que se encarregam de redistribuir o dinheiro às mesmas.

A Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013 (p. 12) dispõe sobre os critérios de repasse e execução do PDDE. Neste documento, os valores referenciais de cálculo para repasses destes recursos estão explicitados em tabela:

Referência	Cálculo
1. Valor Fixo/ano (VF/a)	R\$ 1.000,00
a. Escola pública urbana com UEX	1 x VF/a
b. Escola pública rural com UEX	2 x VF/a
c. Escola privada de educação especial	1 x VF/a
d. Polo presencial da UAB	3 x VF/a
2. Valor <i>Per Capita</i> /ano (VPC/a)	R\$ 20,00
a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEX	1 x VPC/a
b. Alunos de escolas urbanas sem UEX	2 x VPC/a
c. Alunos de escolas rurais sem UEX	3 x VPC/a
d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública	4 x VPC/a
e. Alunos de escola privada de educação especial	3x VPC/a
f. Alunos de polos presenciais da UAB	1xVPC/a

Tabela 1 – Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE

Fonte: Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013

O cálculo do valor do repasse pelo programa apoia-se no número de matrículas das escolas de acordo com dados do censo escolar repassados no ano anterior. Diante disso verifique o art. 1º da Resolução nº 18 de 3 de setembro de 2014

Art. 1º Destinar recursos financeiros de custeio⁸ e de capital⁹, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas de educação básica, de acordo com os dados extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX).

Considerando-se que este estudo estabeleceu para a pesquisa de campo escolas municipais urbanas, tem-se que as Unidades Executoras (UEX) que recebem o valor fixo por ano (VF/a) de R\$ 1.000,00 juntamente com o valor *per capita*/ano (VPC/a) de 20,00 por aluno. Esse é, portanto, o valor repassado a estas escolas anualmente.

A prestação de contas acontece de acordo com FNDE¹⁰, prevê que:

As unidades executoras das escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal encaminham a prestação de contas dos recursos recebidos às prefeituras ou secretarias de Educação até 31 de dezembro do ano do repasse. De posse das prestações de contas das UEX, as Prefeituras e Secretarias de Educação devem: analisar as prestações de contas e arquivar toda essa documentação; consolidar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas encaminhadas pelas unidades executoras das escolas de sua rede de ensino; prestar contas ao FNDE dos recursos transferidos para atendimento às escolas que não possuem unidades executoras; encaminhar a documentação até 28 de fevereiro do ano subsequente ao ano do repasse ao FNDE; as mantenedoras de escolas privadas de educação especial devem apresentar sua prestação de contas diretamente ao FNDE até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte ao do recebimento do recurso.

Recursos como o PDDE são repassados aos Caixas Escolares que são coordenados no interior das escolas através das UEX, favorecendo a autonomia e autogestão escolar, diante disso são apresentadas informações relevantes quanto a intervenção da sociedade no processo de implementação de programas pelo Governo Federal, verifique:

É de grande importância, portanto, dispor de informações sobre esses projetos, para permitir a reflexão crítica e a abertura de debates entre os atores da sociedade civil, potencializando sua capacidade de intervenção e controle sobre as políticas públicas (TOMMASI, 2000 p. 196).

⁸ Custeio: recurso destinado para aquisição de materiais de consumo para a instituição de ensino. (FNDE/CD nº 10 de 18 de abril de 2013)

⁹ Capital: recurso destinado para aquisição de materiais permanentes da escola, os mesmos são tombados e tornam-se bens de patrimônio das EEx, mas sendo estes destinados ao uso dos respectivos estabelecimentos de ensino que efetuará a compra. (FNDE/CD nº 10 de 18 de abril de 2013).

¹⁰ Disponível em <www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento> Acesso em 25.maio.2014.

Dessa forma, pode-se alegar que a comunidade escolar juntamente com o corpo docente, deve trabalhar de forma integrada, autônoma e conjunta. Sendo assim:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO, 2012 p.450-451).

Pode-se afirmar que especificamente no PDDE, as UEx foram criadas para que maior autonomia fosse dada às instituições de ensino, criando então mecanismos de flexibilidade diante a burocratização do processo de utilização das verbas. Favorece, assim, para que a escola funcione de forma mais integrada, dinâmica e participativa mediante aos participantes de todo o meio escolar.

3. Metodologia

Este estudo ancora-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa. Considera-se que:

O pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estudam, ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social - interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (TERENCE, *et al.* 2006, p.02).

A pesquisa é explicativa uma vez que “estas pesquisas são as que aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2010 p. 28). Desta forma, pressupõe uma pesquisa de campo para contato direto com a realidade vivenciada pelos sujeitos.

A pesquisa de campo ocorreu em um município localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, que apresenta um total de 26 escolas, sendo estas pertencentes à rede municipal de ensino. Diante disso, foram escolhidas duas escolas da rede, que se localizam na região central do município.

O critério para escolha das escolas municipais foi o número de matrículas mais aproximado, o que indica os tipos de processos de gestão envolvidos. Neste caso, ambas apresentam, aproximadamente, novecentos alunos, sendo as maiores escolas da Rede Municipal de ensino.

Foram escolhidos como sujeitos os integrantes que compõem o Caixa Escolar. Dentre os integrantes do Caixa Escolar, considera-se para a amostra um representante de cada segmento, sendo eles: (1) Presidentes, (que também exercem a função de Diretor em ambas as escolas) (2) Tesoureiros (3) Pais (4) Mestres e (5) Comunidade Escolar. Portanto, totalizam neste estudo dez sujeitos participantes, sendo cinco de cada escola municipal pesquisada.

De acordo com Baruffi (2014, p. 164), “os membros que compõem os conselhos são: direção da escola, representante de pais, alunos e/ou responsáveis pelos alunos, professores e representantes da comunidade local.” Considera-se, portanto, como fator de inclusão da pesquisa, representativamente, todos os segmentos envolvidos no Caixa Escolar de cada instituição.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados são o questionário e a entrevista. As entrevistas foram realizadas com dois Presidentes e dois Tesoureiros do Caixa Escolar das respectivas escolas E1 e E2, e para o questionário foram contemplados os representantes de pais, comunidade escolar, e mestres das escolas mencionadas anteriormente.

Participaram da entrevista (ANEXO I) os integrantes do Caixa Escolar, responsáveis pela gerência dos recursos, sendo eles o Presidente e o Tesoureiro de ambas as instituições. A entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (1992, p. 107), “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”. Esta foi do tipo semiestruturada:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS, MARCONI, 1992, p.197).

Todo esse enfoque possibilita uma flexibilidade ao entrevistador no momento da realização, no sentido de ampliar as perguntas constantes no roteiro, previamente elaborado.

Os questionários (ANEXO II) são considerados por Severino (2007, p.125) como “um conjunto de questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudos”. Optou-se por elaborar o questionário semiaberto, para viabilizar aos sujeitos a exposição de suas concepções acerca do funcionamento do Caixa Escolar e do PDDE.

A realização das entrevistas ocorreu no espaço das referidas escolas E1 e E2, sendo realizadas separadamente as entrevistas direcionadas ao Presidente e ao Tesoureiro, para que

não houvesse influência nas falas. As mesmas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para possibilitar a realização da tabulação dos dados (ANEXO V).

Os questionários foram entregues aos integrantes do Caixa Escolar e posteriormente recolhidos. Os dados obtidos no questionário foram tabulados (ANEXO IV), quando também foi sendo realizada uma pré-análise, confrontando os dados e encontrando as convergências e divergências nas falas dos sujeitos.

Os sujeitos da pesquisa são participantes de forma voluntária. Estes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO III), um documento que firma um acordo entre pesquisador e pesquisado, no sentido de dar respaldo a ambos no que se refere à garantia de postura ética no encaminhamento e divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS nº196/96).

4. Resultados e Discussão

4.1. A operacionalização dos recursos financeiros sob a ótica do Presidente e Tesoureiro do Caixa Escolar

Por serem responsáveis pela gerência dos recursos financeiros, foram entrevistados o Presidente e o Tesoureiro do Caixa Escolar de cada uma das duas escolas municipais. Para viabilizar a apresentação dos dados, as escolas foram denominadas de E1, referindo-se à Escola 1 e E2, referindo-se à Escola 2.

Conforme o relato dos sujeitos envolvidos na pesquisa, percebe-se que tanto o Presidente quanto o Tesoureiro da E1 apresentam um ano e nove meses de experiência na função exercida no Caixa Escolar. O Presidente e Tesoureiro da E2 exercem a função por mais tempo, o que justifica o fato de eles estarem mais conscientes acerca do funcionamento do Caixa Escolar e apresentarem maior sintonia em seus relatos.

De acordo com o Presidente e o Tesoureiro da E2, faz treze anos que ambos participam de atividades do Caixa Escolar. Na escola em que trabalham atualmente, que foi fundada em 2007, os informantes afirmam que desde então o Caixa Escolar já foi implementado. Na E1, os sujeitos não souberam informar data específica da implementação do programa, uma vez que o presidente do Caixa Escolar afirma que *“quando eu entrei na escola ele já estava em pleno funcionamento.”* (PRESIDENTE E1)

Percebe-se que os Presidentes, da E1 e E2, juntamente com o Tesoureiro E2, concordaram que o PDDE possibilitou autonomia para a instituição de acordo com a gestão dos recursos financeiros. Já o Tesoureiro E1, afirma que o Programa possibilitou ao diretor essa autonomia de tomada de decisões: *“Em teoria, porque depende da necessidade de um grupo pequeno decidir a se fazer cumprir. Então deu um "Up" nas decisões do diretor geral a conseguir o que ele quer.”* (TESOUREIRO E1)

Percebe-se indiretamente que não há uma prática efetivada quanto a autonomia nesta instituição.

A gestão democrática possibilita a melhoria da qualidade da educação, e nesse sentido, a qualidade deve ser negociada, participativa, auto reflexiva, contextual/plural, processual e transformadora, sendo, portanto uma transação. Isso significa debate entre os indivíduos e os grupos que demonstram interesse em relação ao sistema educativo, que tem responsabilidades para com ela e são capazes de definir, de modo consensual, valores, objetivos e prioridades. (CASTRO, *et.al.* 2009, p.35).

O Tesoureiro explicita também de forma indireta, que o diretor seria o principal detentor das decisões em relação à aplicação do dinheiro do PDDE na E1. Diante do que o mesmo deixa explícito, as concepções de Libâneo (2012) são elucidativas para refletir acerca da necessidade de uma gestão participativa em todas as escolas. De acordo com este autor,

Há que destacar o papel significativo do diretor da escola na gestão da organização do trabalho escolar. (...) Não se quer dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do diretor ou em uma estrutura administrativa autocrática – na qual ele centraliza todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do diretor como o de um líder cooperativo, o de alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articula a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum (LIBÂNEO 2012, p. 454).

Os sujeitos da E2 afirmam também, que a autonomia gerada pelo Programa, possibilitou flexibilidade aos gestores, diante aos entraves vivenciados pelas escolas antes da sua implementação. Segundo concepções do Tesoureiro da E2: *Com certeza deu autonomia, porque é muito mais fácil, a quem está dentro da escola, e conhecer as reais necessidades. Então, nós administramos o dinheiro, é muito mais fácil do que quem está de longe e não conhece a realidade da escola* (TESOUREIRO E2).

Na E1, o Presidente afirma que a verba é suficiente para suprir as necessidades imediatas. Já o Tesoureiro, da mesma instituição, demonstra concordar com as concepções do Presidente, pois acredita que *"pelo menos tem a chance de que se supra, a necessidade*

detectada” (TESOUREIRO E1). No entanto, admite que não tem participação ativa nas decisões tomadas em relação à utilização dos recursos. Segundo ele, *“a partir do momento que eu não me envolvo com a forma como ela é gasta realmente, eu não tenho base para falar se ela é suficiente ou não”* (TESOUREIRO E1).

É perceptível que o Tesoureiro E1, esclarece a centralização das decisões admitindo que as mesmas são tomadas a partir das decisões do Presidente, informando que a existência do Caixa Escolar se faz cumprir diante da burocracia existente no processo de democratização.

Em suas concepções, o Tesoureiro da E1 parece questionar se o Caixa Escolar caracteriza-se pelo caráter democrático que ele se propõe. Diante disso, corrobora Coronel (2005, p. 6), *“É necessário que os sujeitos envolvidos sintam-se responsáveis por este processo e tenham uma conscientização política e social das suas reais funções e se mobilizem na busca por soluções coletivas e democráticas no âmbito da escola pública.”*

Segundo o Presidente da E2, antes da implementação dos programas de governo que direcionam o dinheiro diretamente às escolas, estas não apresentavam recursos para melhoria da instituição. Assegura, também, que hoje a verba utilizada sem extravagâncias consegue suprir as necessidades imediatas da instituição. Já o Tesoureiro E2, fala que aproximadamente 70% do que é necessário na escola está sendo adquirido a partir desta verba.

Notam-se divergências quando os entrevistados foram perguntados acerca da existência de arrecadação, pela escola, de outros recursos além daquele referente ao PDDE. Somente o Presidente da E1 afirma não ter nenhum tipo de arrecadação, mesmo que informal, realizada pela escola. Segundo este, *“na verdade o que é permitido arrecadar nas escolas é somente aquilo que é previsto em lei.”* (PRESIDENTE E1).

No entanto, o Tesoureiro da mesma instituição, juntamente ao Presidente e Tesoureiro da E2 afirmam haver arrecadação de verba em eventos organizados pela escola, como exemplo citam a festa junina. Explicam que esses recursos são utilizados para objetivos muito específicos. Conforme aponta a fala do Tesoureiro da E1. Para ele: *“Existe a festa junina, e a captação deste recurso é pra objetivos muito direcionados, como o dia das crianças, mas nada, além disso. Todas as vezes que a escola faz algum evento é declarado anteriormente onde será gasta essa verba para posteriormente, fazer o tal do evento”*. (TESOUREIRO E1)

A legalidade desta prática está prevista na Resolução SEE nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012, no artigo 37 diz que é vedado à caixa escolar: inciso: XI. *“Obter recursos por meio de comercialização nas dependências da escola.”* Esse documento respalda que as festividades e eventos podem ocorrer, mas que deve-se atentar para a não utilização dos recursos dos

programas e planos do governo para a concretização do evento.

O funcionamento dos Caixas Escolares requer a participação, que segundo ROCHA, (2003, p. 456), É o ato de fazer parte, de comunicar, também dar, ter ou tomar parte de algo. Diante disso percebe-se que todos os seus integrantes, devem envolver-se para efetivar a verdadeira participação, levando-se em consideração o seu papel de representatividade de um segmento da comunidade escolar.

Quando perguntados sobre a ocorrência das reuniões dos Caixas Escolares, os membros da E1 apresentam divergência nos dados. O Presidente afirma que reúne os integrantes do Caixa Escolar, sempre que necessário; já o Tesoureiro afirma nunca ter participado de qualquer reunião. De acordo com este, *"nunca foi feita essa reunião nesse um ano e nove meses que eu estou aqui. Não houve possibilidade, talvez não tenha havido uma necessidade (...) a gente tá aprendendo ainda a gerir e essa gestão fica muito centralizada na mão do diretor geral."* (TESOUREIRO E1)

Na E2, houve uma convergência de opiniões, uma vez que ambos afirmam participar do processo de gestão dos recursos. O Tesoureiro da E2 relata o procedimento, explicitando como é realizada a identificação das demandas na escola: *"Nós solicitamos que cada segmento da escola coloque no papel as suas necessidades, a biblioteca, as inspetoras, a vice-diretora, os professores, que eles se reúnam e vejam as necessidades de cada um. (...) aí com todo aquele material na mão, a gente faz a reunião, e a cotação de preço, e se o dinheiro der a gente compra tudo, se não dinheiro não der, a gente compra as prioridades"* (TESOUREIRO E2).

Em relação a esse fator Coronel (2005) afirma que:

É preciso, que haja uma construção coletiva e um compromisso entre os diversos segmentos que compõem a escola sendo esses professores, alunos, pais, funcionários, dentre outros, para que o espaço escolar venha a se tornar um ambiente onde as decisões sejam construídas em conjunto. (Coronel, 2005:6)

No que diz respeito à burocracia na aplicação dos recursos, fica nítido que as decisões não são tomadas em conjunto no Caixa Escolar da E1, impossibilitando um processo democrático na instituição. Assim, os depoimentos esclarecem que há pouco envolvimento na tomada de decisões, quanto à aplicabilidade do PDDE.

Na E2, o Presidente prefere delegar ao Tesoureiro a função de tomada de preços e prestação de contas, pois afirma que procura centralizar a sua atenção no âmbito pedagógico não deixando, no entanto, de acompanhar o gerenciamento financeiro da escola.

Esse posicionamento divergente na gestão das duas escolas pode ser exemplificado nos depoimentos dos gestores de ambas instituições: *“eu como presidente tenho feito muita tomada de preços e tem um funcionário que ele não é integrante do Caixa Escolar, mas é quem me ajuda”* (PRESIDENTE E1). Já as considerações do Presidente da E2, demonstram que *“como diretor, cuido mais da parte pedagógica, e o tesoureiro cuida mais dessa parte financeira”* (PRESIDENTE E2).

O autor Libâneo (2012) vem respaldar a consideração de que o diretor tem que envolver-se com a escola em seus diferentes aspectos. De acordo com este autor, *“o diretor não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais”* (LIBÂNEO, 2012 p. 454-455).

Quando questionados sobre a divulgação das decisões tomadas, em âmbito do Caixa Escolar, para a comunidade escolar, novamente as informações prestadas pelos profissionais da E1 são divergentes. O Presidente afirma ter reuniões, cartazes, e folders, tudo para a informação dos pais e da comunidade escolar. No entanto, o Tesoureiro da mesma escola alega: *“Eu acredito que em teoria, no papel, oficialmente, tenha pais registrados para que haja essa Caixa Escolar. Mas eu não acredito que seja uma ação ativa, eu não acredito que esses pais sejam envolvidos. Acho mesmo que a própria correria do dia a dia e a falta de preparo dos pais, eles acabam assim como eu se permitindo, fazer parte em teoria e em nome, e não sendo uma parte atuante da decisão do uso desse recurso”* (TESOUREIRO E1).

Percebe-se que a cisão de informações emitidas por profissionais da mesma instituição parece indicar na E1 uma gestão mais centralizada.

Os dados das entrevistas apontam, na E2, que a divulgação se dá através de documentos que ficam disponíveis para acesso ao público. O Tesoureiro afirma que, apesar de não ter reuniões específicas, os representantes da comunidade escolar que compõem o Caixa Escolar são ativos no processo e reivindicam em nome de todos. O Presidente da instituição afirma também que *“os pais só preocupam em saber se está funcionando bem a escola, se o menino está sendo bem atendido, eles preocupam com a merenda dos filhos, essa sim é a preocupação dos pais”* (PRESIDENTE E2).

Quanto à aplicabilidade dos recursos na E1, o Presidente afirma que *“é aplicado para dentro das necessidades da escola, através de um rol de prioridades pré estabelecidas em reunião com a diretoria da Caixa Escolar.”* (PRESIDENTE E1). Já o Tesoureiro da E1, considera ficar centralizado em âmbito pedagógico e informa que *“toda essa questão de aplicação de recursos, que você colocou, não, passa por aqui, eu nunca soube, confesso nunca*

ter tido, a curiosidade de me ater a esse assunto dentro da gestão” (TESOUREIRO E1).

Diante aos fatos expostos quanto à aplicabilidade da verba são apresentados, pelos entrevistados, algumas aquisições realizadas pelas instituições no ano de 2014, contemplando a estrutura pedagógica e física das escolas. Esses dados estão apresentados na Tabela abaixo:

Presidente E1	Tesoureiro E1	Presidente E2	Tesoureiro E2
Materiais pedagógicos Bens permanentes como armários e mesas	Jogos pedagógicos Brinquedos de encaixe	Armários, cadeiras para sala dos professores	Mesas do professor, cadeiras, mesas, armário, longarina, mesa de computador, mesa, cadeira de secretaria, mesa para impressora. Cartucho de tinta, tonner, copo americano, suporte de durex.

Figura 2 – Aquisição de materiais pedagógicos das Escolas 1 e 2 (E1 e E2).

Dados obtidos através de coleta de dados na Entrevista.

Os dados apresentados na tabela acima demonstram que o Tesoureiro da E2 está envolvido com o processo de aquisição de materiais, uma vez que apresentou uma maior quantidade de informações sobre as compras efetuadas deste ano.

Os sujeitos da pesquisa foram indagados quanto à burocracia na prestação de contas, e se este fator tornaria o processo difícil de ser realizado. Os Presidentes de ambas as escolas consideram-no burocrático, mas necessário por se tratar de um dinheiro público. O Tesoureiro da E2 apresenta sua colocação diante a questão: “Não, não é difícil, é enjoado porque é burocrático. Não é difícil porque tem muitos anos que eu faço.” (TESOUREIRO E2). Já o Tesoureiro da E1 afirma o seguinte:

Eu não sei como ele é feito realmente, mas eu acho que toda prestação de contas tem que ser feita, e da maneira mais clara possível, porque se o dinheiro não é de propriedade particular, tem que ser esclarecido como foi usado. Mas essa prestação oficial eu não sei como ela acontece, daí eu não sei falar se ela é mais burocrática do que deveria. (TESOUREIRO E1)

O Tesoureiro (E1) parece demonstrar desconhecer os procedimentos de prestação de contas característico de um funcionamento efetivo do Caixa Escolar. Nesse sentido, Libâneo (2012) destaca que “muitos desconhecem o papel do financiamento da educação, sua origem, os mecanismos de controle e fiscalização, as leis que regulam.” (p.373).

Os recursos do PDDE, também contemplam programas como Escola Aberta, Escola Acessível e Mais Educação. O Presidente E1 e o Tesoureiro da E2 apresentam suas concepções acerca da existência de tais programas: “Então esse dinheiro direto na escola - esse PDDE -

veio a colaborar, além de nos ajudar até mesmo na parte pedagógica no programa Mais Educação onde pode estar trabalhando com monitores como voluntários e com diversas oficinas e uma delas é o reforço escolar” (PRESIDENTE E1). E o Tesoureiro da E2 cita: “Existe o programa Mais Educação, do governo federal que a verba é específica, existe o programa Escola Aberta que a verba é específica também. (...) esse programa Mais Educação, ele é uma previa do aluno da escola integral, que é um programa muito bom” (TESOUREIRO E2)

Quando o Tesoureiro da E1 é questionado sobre o exercício de cidadania possibilitado pela sua participação no Caixa Escolar, através de uma gestão democrática, nota-se em sua fala que a participação não é efetivada. Segundo o mesmo, *“Não considero ter um papel de cidadão, em aspecto nenhum. Mais por omissão, minha própria omissão. Porque nunca houve uma negação por parte do diretor geral em haver uma explicação sobre isso. Mas como eu disse, a gente tá aprendendo a fazer ainda, e a gente é engolido pelo sistema” (TESOUREIRO E1).*

Perante isso, Coronel (2005:8) considera que “nem sempre a comunidade escolar e local estão preparadas para constituir no âmbito da escola práticas coletivas de decisões, discussões, planejamento, entre outras, em virtude das reais necessidades do espaço escolar.” O autor Castro (2009:35) vem reiterar a concepção supracitada, quando este considera que

A gestão democrática deve ser entendida como um espaço de descentralização do poder, de participação e de autonomia das instituições. Nesse sentido, ela possibilita a construção de cidadania, devendo ser considerada fundamental na formação da cidadania. (CASTRO, 2009, p. 35)

As informações expostas acima, a partir das concepções apresentadas pelos Presidentes e Tesoureiros, evidenciam uma falta de participação dos integrantes do Caixa Escolar no processo de democratização que deveria existir, principalmente aqueles pertencentes à E1.

4.2. A operacionalização dos recursos financeiros sob a ótica dos demais representantes do Caixa Escolar: Mestres, Pais e Comunidade Escolar.

Os dados abaixo referem-se aos questionários aplicados aos integrantes do Caixa Escolar, que foram identificados como Representantes de Pais, Representantes de Mestres e Representantes da Comunidade Escolar, das respectivas E1, sendo esta a escola 1, e E2,

representando a escola 2.

De acordo com a pesquisa, dos integrantes do Caixa Escolar de ambas as instituições, apenas dois souberam responder sobre a função exercida no Caixa Escolar, sendo estes os representantes de Pais e Mestres da E2.

Os representantes da E1 não souberam informar sobre a participação no Caixa Escolar. Posteriormente, essas informações puderam ser esclarecidas através de pesquisa em documentos do Caixa Escolar da E1.

Quando questionados acerca do repasse das informações das decisões ocorridas no âmbito do Caixa Escolar para a comunidade, os integrantes da E1 optaram não dar informações, demonstrando uma tentativa de resguardar a gestão da escola. Na E2, houve manifestação dos três integrantes, afirmando que há o repasse das informações à comunidade escolar. Dentre estes, o representante dos Mestres afirma que *“são repassadas sempre em reuniões de ‘módulo dois’, planejamento, para que todos fiquem cientes do emprego das verbas”*. (MESTRE E2). O mesmo está sintonizado com as informações repassadas pelo Tesoureiro da mesma instituição.

No questionário, os integrantes também foram solicitados a informar sobre a existência de flexibilidade na aplicabilidade dos recursos financeiros para atender as emergências da escola. Todos os integrantes de ambos os Caixas Escolares confirmaram haver essa flexibilidade. Os representantes de Mestre (E1) e de Pais (E2) afirmam, respectivamente que *“desde que amparada pela legislação que rege o PDDE”* (MESTRE E1); *“quando surge uma emergência na escola resolvemos da melhor forma possível porque a escola não pode parar”* (PAIS E2).

Quanto à periodicidade do funcionamento do Caixa Escolar, tanto na E1 quanto na E2 os integrantes do Caixa Escolar afirmam haver reuniões sempre que necessário. Conforme informações prestadas pelo representante da Comunidade Escolar da E1, *“os membros se reúnem e deliberam sobre onde e como os recursos vão ser utilizados.”* (COMUNIDADE ESCOLAR E1). O representante de Mestres da E2 também afirma que *“com a chegada da verba do PDDE, supervisores e auxiliares analisam as prioridades e manifestamos em reunião”* (MESTRE E2).

Quanto à aplicabilidade de recursos do PDDE, os sujeitos da E1 consideram que a verba é adequada às necessidades da escola, e que são utilizados também para pagamento de funcionários do “Programa Mais Educação”, que é financiado pelo PDDE. Verifique o representante de Pais: *“O dinheiro serve para o pagamento dos funcionários do mais educação e para compra de materiais didáticos.”* (PAIS E1).

De acordo com este depoimento, é importante salientar que o FNDE¹¹ aponta, que os recursos destinados à escola por intermédio do PDDE especificamente para o Programa Mais Educação, destina-se ao ressarcimento de despesas de alimentação e transporte de monitores, desta forma os mesmos não apresentam vínculo empregatício com as instituições de ensino. Então, pode-se afirmar que o representante de pais desconhece a documentação que respalda o funcionamento do programa existente na instituição.

Os membros da E2 destacam, em suas falas, a importância das cotações de preços, realizadas pelo Tesoureiro da escola, e considera que *“é muito bem administrado, são feitas pesquisas de preços e compramos onde os preços são melhores”* (MESTRE E2).

Outro assunto abordado se refere às decisões tomadas em âmbito do Caixa Escolar, e se essas são adotadas em democracia e consenso na instituição. Na E1, apenas o representante de Pais informa não participar de reuniões quanto à tomada de decisões. Os outros dois integrantes informam participar das decisões tomadas no âmbito do Caixa Escolar.

É interessante ressaltar que o representante de Pais da E1 apresenta contradições em suas respostas, pois anteriormente afirma participar das reuniões sempre que necessário. Quando perguntado sobre a sua participação na tomada de decisões do Caixa Escolar, ele afirma que *“como integrante não participo”* (PAIS E1).

Na Escola 2, todos os integrantes afirmam haver democracia nas tomadas de decisões. Veja a seguir a resposta do representante da Comunidade Escolar: *“Nas reuniões buscamos um consenso pra que os recursos sejam aplicados da forma mais justa e necessária”*. (COMUNIDADE ESCOLAR E2)

Para Libâneo (2012) “o processo de tomadas de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração” (p.445). Compreende-se que a gestão democrática participativa acontece por meio desse comprometimento dos integrantes com o Caixa Escolar.

Quanto ao questionamento sobre as consequências advindas de uma ausência do PDDE, de como funcionaria as instituições sem esse recurso. Na E1, os integrantes não apresentam respostas conscientes sobre a perda do programa. Já na E2, explicitam que haveria um retrocesso nas instituições de ensino e falam também que a escola viveria com precariedade. Segundo o representante de Pais da E2: *“nem pensamos nesta possibilidade, seria um retrocesso e, mudaria totalmente o desenvolvimento da escola”* (PAIS E2).

¹¹ Disponível em <www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento> Acesso em 25.maio.2014.

Todos os sujeitos da E1 não souberam informar sobre a aquisição de materiais para a escola. Na E2, todos os integrantes citam quais as prioridades consideradas para a compra de materiais. Para estes, *“foram adquiridos materiais pedagógicos para o ensino fundamental e educação infantil, mesas novas para sala de aula e armários”* (MESTRE E2); *“adquirimos material pedagógico para os alunos da Ed. Infantil, ensino fundamental, mesa para sala dos professores”* (PAIS E2); *“mesa para professor para sala, armários, material pedagógico do 1º ao 5º ano e também para creche e pré-escola”* (COMUNIDADE ESCOLAR E2).

Diante a todos os fatores apresentados Castro, vem reforçar o que vem contribuir para uma difícil operacionalização de recursos

Vários são os fatores que tem contribuído para dificultar a operacionalização das estratégias de democratização no interior das unidades escolares, entre elas, a falta de cultura de participação dos atores sociais; as condições objetivas e culturais das instituições que não incentivam a efetiva participação dos pais, alunos e professores nas decisões da escola; as relações institucionais da escola com os sistemas intermediários e centrais, permeados por relações autoritárias e hierárquicas.

Faz-se perceber que os sujeitos envolvidos na pesquisa consideram ser de grande importância para as instituições o recurso do PDDE. Mas, para garantir o princípio de democrático é necessária uma participação mais ativa de todos os membros que integram essa entidade.

5. Considerações Finais

No que diz respeito à operacionalização e aplicação dos recursos, percebe-se que há um grande empenho das duas instituições de ensino em atender à demanda real da escola, fazendo investimentos em bens permanentes e pedagógicos.

O estudo possibilitou verificar que a operacionalização dos recursos ocorre de maneiras diferentes, diante da gestão assumida em cada escola, mais centralizadora na E1 e mais participativa na E2. Para o funcionamento do Caixa Escolar, é fundamental uma gestão mais participativa, em que não haja centralização das decisões no Presidente que, neste caso, também exerce a função de diretor da escola.

Destaca-se, neste estudo, que muitos dos integrantes do Caixa Escolar que foram submetidos ao questionário, não souberam responder sobre algumas perguntas que se remetem ao funcionamento do Caixa Escolar da escola 1, o que pode indicar que este processo não tem acontecido de forma democrática.

Todos as falas indicaram que o PDDE possibilita autonomia dentro das instituições de ensino, mas a forma como ela é efetivada é o que diferencia as escolas, tornando-as democráticas ou não diante dos procedimentos de gerenciamento de operacionalização dos recursos financeiros.

Apesar de existir muitos estudos acerca da gestão participativa na escola, identificou-se uma necessidade de maior quantidade de pesquisas em relação da aplicação de recursos financeiros dentro das escolas.

Referências Bibliográficas

BARUFFI, M. M; “Gestão da educação brasileira”. In: **Políticas Educacionais**. SILVA, S. F. K. D; FERRONATO, R. F.(Orgs). Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Funcionamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. [S.I]: Virtual Book, 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-funcionamento>>. Acesso em 25 de maio de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/ CD nº10**, de 18 de Abril de 2013. Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dá outras providências. Brasília: FNDE, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8. Ed. Brasília: Câmara, 2013, pp. 40 -41.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. “A qualidade da educação básica e a gestão da escola”. In: FRANÇA, Magda, COSTA, Maura (Orgs.) ... [et all]. **POLÍTICA EDUCACIONAL: gestão e qualidade de ensino**. – Brasília: Liber livro, 2009.

CORONEL, Fábio Reis. OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto da redefinição do papel do estado: a experiência da escola pública da rede estadual de Campo Grande – MS**. 2002-2005.

GIL, Antônio Carlos." Como classificar as pesquisas". In: **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 25 - 28.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.D.A. “Metodologia”. In: **Metodologia do trabalho científico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1992, pp. 105-109.

LIBÂNEO, José Carlos. “Organização e gestão da escola: Os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho”. In: **Educação Escolar: Políticas Estruturas e Organização**.10 Ed. São Paulo: CORTEZ, 2012, pp. 405-477.

LOPES, E.C.P.M; CAPRIO, M. **As influências do Modelo Neoliberal na Educação.** (s/d) Disponível em <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedianelopes.pdf> Acesso em 19 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira. “A educação escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea”. In: **Educação Escolar: Políticas Estruturas e Organização.** LIBÂNEO, J.C.10 Ed. São Paulo: CORTEZ, 2012, pp. 81-129.

PADILHA, Silvana. **A atuação do Banco Mundial no campo político-econômico articulada à educação brasileira: uma aproximação.** IV Congresso Internacional de Educação, 2008.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário.** 10. Ed. São Paulo: editora Scipione, 2003, pp. 456.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. " Estruturas, conceitos e fundamentos da política educacional", " Estrutura dos planos, programas e ações da política educacional brasileira atual". In: **Guia Prático da Política Educacional no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: CENGAGE LEARNING, 2012, pp. 1-8, 65-72.

SEVERINO, Antônio Joaquim. “Teoria e pratica científica”. In: **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 117-126.

SOARES, Maria Clara Couto. “Banco Mundial: Políticas e reformas”. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-40.

TERENCE, A.C.F; FILHO, E.E. “Abordagem qualitativa versus quantitativa”. In: **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006, pp. 1-4.

TOSCHI, Mirza Seabra. “Estrutura e organização do ensino brasileiro: aspectos legais e organizacionais”. In: OLIVEIRA, J.F. In: **Educação Escolar: Políticas Estruturas e Organização.** OLIVEIRA, J.F.10 Ed. São Paulo: CORTEZ, 2012, pp. 371-402.